

Análise das propostas para o ARTIGO 2º

Art. 2º Esta Portaria tem por finalidade: I - estabelecer diretrizes que orientem as estratégias de preservação para o bem tombado, tendo como referência a sua situação atual; e II - estabelecer critérios que orientem a elaboração de propostas e as análises de intervenções na área tombada e no seu entorno, visando tornar eficazes os procedimentos de gestão da preservação do bem protegido.

Redação final: Permanece igual.

Art.	Proponente	Origem	Proposta		Justificativa	Posição Iphan	Justificativa
2	BVM	Formulário eletrônico	Excluir		Para os proprietários dos seus imóveis façam reparos os possam construir de acordo com os seus critérios.	Não acolhido	Este artigo explicita os objetivos da portaria, portanto não pode ser excluído. Intervir em área tombada implica em seguir critérios de preservação, conforme Decreto-lei n. 25/37.
2	RG	Formulário eletrônico	Excluir		Não concordo.	Não acolhido	Proposta sem justificativa
2	ADT	Formulário eletrônico	Excluir		A atual é muito rígida deve haver uma flexibilização.	Não acolhido	Proposta sem justificativa clara. Este artigo explicita os objetivos da portaria, portanto não pode ser excluído.
2	JPJ	Formulário eletrônico	Alterar	Mudar o sistema de "tombamento por área" para tombamento por unidades individuais".	O tombamento por área impede o desenvolvimento do centro e entorno fazendo com que essas áreas sejam desestimuladas de investidores com falência dos comércios locais, e se transforme em áreas totalmente abandonadas e desvalorizadas.	Não acolhido	A proposta de norma não pode alterar a poligonal de tombamento, nem o valor do conjunto tombado. O tombamento tampouco impede o desenvolvimento urbano, ao contrário, permite obras de qualificação e melhorias, nos imóveis e espaços públicos. O centro histórico de Cáceres é intensamente utilizado para fins comerciais, residenciais, institucionais e de serviços.

Análise das propostas para o ARTIGO 3º

Art. 3º Integram esta Portaria:

I - Anexo I - Mapa com a Delimitação da Área Tombada e Área de Entorno e Localização dos Imóveis Classificados como NP1 e NP2;

II - Anexo II - Coordenadas Geográficas da Poligonal de Tombamento;

III - Anexo III - Coordenadas Geográficas da Poligonal de Entorno; e

IV - Anexo IV - Lista dos Imóveis Classificados como NP1 e NP2, com respectivas Coordenadas Geográficas.

Redação final: O Artigo 3º que consta no formulário da consulta pública foi transferido para o Capítulo V - Disposições finais, com a mesma redação e número 47º.

Art.	Proponente	Origem	Proposta		Justificativa	Posição Iphan	Justificativa
3	DLC	Formulário eletrônico	Alterar		O Artigo 3º no formulário não reflete o Artigo 4º da Minuta.	Acolhido	O Artigo 3º que consta no formulário da consulta pública foi transferido para o Artigo 47º da Seção "Disposições finais". A numeração dos artigos subsequentes foi corrigida.
3	BVM	Formulário eletrônico	Excluir		Não concordo.	Não acolhido	Proposta sem justificativa
3	RG	Formulário eletrônico	Excluir		Não concordo.	Não acolhido	Proposta sem justificativa
3	ADT	Formulário eletrônico	Alterar		Deve haver maior flexibilidade nas regas.	Não acolhido	Proposta sem justificativa clara
3	JPJ	Formulário eletrônico	Alterar	Mesma razão anterior. Mudar tombamento por área para tombamento por unidades individuais.	Risco de abandono e falência do comércio local.	Não acolhido	A proposta de norma não pode alterar a poligonal de tombamento, nem o valor do conjunto tombado. O tombamento tampouco impede o desenvolvimento urbano, ao contrário, permite obras de qualificação e melhorias, nos imóveis e espaços públicos. O centro histórico de Cáceres é intensamente utilizado para fins comerciais, residenciais, institucionais e de serviços.
3	WMK	Formulário eletrônico	Alterar	Diminuir a área de tombada e de entorno, identificando individualmente os imóveis tombados, deixando livre os demais imóveis, para qualquer tipo de construção, mesmo este, esteja ao lado de um imóvel tombado.	Não só em Cáceres, percebe-se que, os Centros Históricos estão ficando isolados e os bens imóveis desvalorizados, e nada tem sido feito para contribuir com a sua revitalização. Temos que ser inteligente e saber conviver com o passado (mantendo os casarões que justifiquem a sua revitalização), com o presente e com o futuro. É o sinal dos tempos, de época.	Não acolhido	A proposta de norma não pode alterar a poligonal de tombamento, nem o valor do conjunto tombado. O valor reconhecido pelo Iphan no conjunto de Cáceres engloba uma série de características que incidem sobre todos os imóveis, como descrito no artigo subsequente.

Análise das propostas para o ARTIGO 4º

Art. 4º O valor histórico do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cáceres, reconhecido por força do tombamento federal, se expressa nos seguintes fatos: I - implantação da Vila Maria do Paraguai como marco de delimitação das fronteiras brasileiras com base no Tratado de Madri, de 1750, para ocupação do território ao oeste, servindo de entreposto entre a Vila Bela da Santíssima Trindade e a Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá; e II - arquitetura resultante da ocupação inicial e do processo migratório e de intercâmbio cultural decorrente da abertura de casas comerciais para exportação de produtos das fazendas cacerenses e importação de mercadorias nos séculos XIX e XX, cuja expressão maior é a diversidade de tipologias arquitetônicas remanescentes representativas dos diferentes períodos (colonial, eclético, neoclássico e art déco).

Redação final: Alteração na numeração e na redação: Art. 3º (...) O valor histórico do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cáceres, **expresso no Processo de Tombamento federal n. 1542-T-07** (...) II - arquitetura resultante da ocupação inicial do final do século XVIII e do processo migratório e de intercâmbio cultural decorrente da abertura de casas comerciais para exportação de produtos das fazendas cacerenses e importação de mercadorias nos séculos XIX e XX, cuja expressão maior é a diversidade de tipologias arquitetônicas remanescentes representativas dos diferentes períodos (colonial, eclético, neoclássico e art déco).

Art.	Proponente	Origem	Proposta		Justificativa	Posição Iphan	Justificativa
4	DLC	Formulário eletrônico	Alterar	Sugiro rever o artigo 4º da minuta.	O artigo em questão na minuta é o artigo 3º.	Acolhido	O Artigo 3º que consta no formulário da consulta pública foi transferido para o Artigo 47º da Seção "Disposições finais". A numeração dos artigos subsequentes foi corrigida.
4	ADR	Formulário eletrônico	Alterar	II - arquitetura resultante da ocupação inicial e do processo migratório e de intercâmbio cultural decorrente da abertura de casas comerciais para exportação de produtos das fazendas cacerenses e importação de mercadorias nos séculos XIX e XXI, cuja expressão maior é a diversidade de tipologias arquitetônicas remanescentes representativas dos diferentes períodos (colonial, eclético, neoclássico e art déco).	a) Se os antecedentes partem da fundação de Vila Maria do Paraguai (1778), atentar para o período Séculos XVIII ao XXI; b) Acrescentar: ASSIM COMO DECORRE DA CONSTRUÇÃO DE CASAS RESIDENCIAIS, EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS.	Acolhido parcialmente	Foi feito ajuste na redação para deixar mais claro que o final do século XVIII corresponde ao período da ocupação inicial. A escolha de tipologias seguiu o que é apontado como de valor histórico no processo de tombamento, que não abrange o século XXI. A arquitetura resultante de que trata o inciso II abrange todos os tipos de uso das edificações.
4	BVM	Formulário eletrônico	Alterar	Não concordo.	Não concordo.	Não acolhido	Proposta sem justificativa
4	RG	Formulário eletrônico	Excluir		Não concordo.	Não acolhido	Proposta sem justificativa
4	JPJ	Formulário eletrônico	Alterar		Com a mudança para tombamento por unidades individuais, deverão ser preservados os prédios que mantêm suas características originais e que representem um exemplar de arquitetura que valorize a história e não terrenos avulsos que não aceitam construções modernas nessa área de tombamento. Não faz sentido impedir a construção de um prédio moderno na área de tombamento. O erro é querer que se construa prédios com as características de antiguidade levando a entender que seria para "enganar" os visitantes... é isso?	Não acolhido	A proposta de norma não pode alterar a poligonal de tombamento, nem o valor do conjunto tombado. A proposta não exige a construção de imóveis com características antigas, sendo permitidas linguagens contemporâneas, como pode se observar nos artigos da Subseção III - Do Casario.
4	FEDPCB	Carta	Suspender	Suspensão da Consulta Pública	A Minuta da Portaria se propõe rediscutir, requalificar e redefinir os Valores, o Objeto e o perímetro (este último definido conforme deliberação do Conselho Consultivo no Memorando 003/2013 - COIP/CGCH/DEPAM - fol. 407) do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cáceres, que não é atribuição para uma Portaria;	Não acolhido	A proposta de norma não altera a poligonal de tombamento, nem o valor do conjunto tombado. Foi alterada a redação do Artigo 4º para deixar mais claro que os valores mencionados provêm do Processo de Tombamento federal n. 1542-T-07.

Análise das propostas para o ARTIGO 5º

Art. 5º O valor paisagístico do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cáceres, reconhecido por força do tombamento federal, se expressa no fato de o Rio Paraguai ser estruturante da implantação e sobrevivência econômica da cidade, em situação pouco usual nas cidades brasileiras, com o marco zero disposto à sua margem esquerda, fazendo frente para o Rio Paraguai, na planície conformada entre ele e o riacho Manga (atual Sangradouro).

Redação final: Art. 4º O valor paisagístico do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cáceres, **expresso no Processo de Tombamento federal n. 1542-T-07**, se expressa no fato de o Rio Paraguai ser estruturante da implantação e do processo histórico de desenvolvimento econômico da cidade, em situação pouco usual nas cidades brasileiras, com o marco zero disposto à sua margem esquerda, fazendo frente para o Rio Paraguai, na planície conformada entre ele e o riacho Manga (atual Sangradouro).

Art.	Proponente	Origem	Proposta		Justificativa	Posição Iphan	Justificativa
5	LCS	Formulário eletrônico	Alterar		Retirar ou refazer essa parte "e sobrevivência econômica da cidade, em situação pouco usual nas cidades brasileiras". pois não é mais a sobrevivência econômica da cidade" e sim um fator agregado ao turismo como fonte de renda....	Acolhido	A redação foi alterada para deixar mais clara a referência ao papel histórico do Rio Paraguai na formação e no desenvolvimento econômico de Cáceres.
5	DLC	Formulário eletrônico	Alterar	Rever - o artigo 5º no formulário é o 4º da minuta.	Rever acima.	Acolhido	O Artigo 3º que consta no formulário da consulta pública foi transferido para o Artigo 47º da Seção "Disposições finais". A numeração dos artigos subsequentes foi corrigida.
5	BVM	Formulário eletrônico	Alterar	Não concordo.	Não concordo.	Não acolhido	Proposta sem justificativa
5	RG	Formulário eletrônico	Excluir		Não concordo.	Não acolhido	Proposta sem justificativa
5	WMK	Formulário eletrônico	Alterar	O valor paisagístico do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cáceres, reconhecido por força do tombamento federal, se expressa no fato de o Rio Paraguai ter sido estruturante da implantação e sobrevivência econômica da cidade nos últimos 150 anos e que ainda alimenta o desenvolvimento com os modais de transportes imprescindíveis nos dias atuais, com o próprio Rio Paraguai na reativação da hidrovia.	O transporte de produtos importados ou nacionais, que chegavam até Cáceres, foi feito através do Rio Paraguai desde o século XIX. Hoje, diante da população mundial crescendo, e por Mato Grosso ser um grande produtor de grãos (alimentos), as alternativas de transportes desses produtos, tende a buscar custos mais baixos e a navegação é uma delas, através do meio de transporte que moveu a economia nas décadas iniciais do século passado.	Não acolhido	O valor paisagístico de Cáceres está associado ao uso histórico do Rio Paraguai, não ao seu papel atual.
5	FEDPCB	Carta	Suspender	Suspensão da Consulta Pública	A Minuta da Portaria se propõe rediscutir, requalificar e redefinir os Valores, o Objeto e o perímetro (este último definido conforme deliberação do Conselho Consultivo no Memorando 003/2013 - COIP/CGCH/DEPAM - fol. 407) do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cáceres, que não é atribuição para uma Portaria;	Não acolhido	A proposta de norma não altera a poligonal de tombamento nem o valor do conjunto tombado. Foi alterada a redação do Artigo 4º para deixar mais claro que os valores mencionados provêm do Processo de Tombamento federal n. 1542-T-07.

Análise das propostas para o ARTIGO 6º

Art. 6º São atributos do valor histórico: I - traçado pombalino regular elaborado pelo Capitão General da Capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Mello Pereira, definido pelas principais ruas e travessas do núcleo original de Vila Maria, e acréscimos em relação de continuidade realizados entre os séculos XVIII e XX; II - a Praça Barão de Rio Branco margeando o Rio Paraguai, enquanto marco zero da cidade, com o Marco de Jauru ao centro e o destaque para a Catedral São Luís de Cáceres ao sudeste; III - a Praça Major João Carlos, onde se encontra o antigo Mercado Municipal; IV - a Praça Duque de Caxias, onde se localiza o Grupo Escolar Espiridião Marques; V - marcos arquitetônicos estruturantes do uso histórico do território e detentores de um protagonismo identitário, preservados em sua integridade e estilo: Catedral, a antiga Prefeitura, a Câmara Municipal, a Escola Estadual Espiridião Marques, o antigo Mercado Público e o Clube Humaitá; VI - conjunto de edificações representativas da diversidade de linguagens arquitetônicas dos diferentes períodos históricos, em particular colonial, eclética, neoclássica e art déco; e VII - volumetria predominantemente térrea e alinhamento das edificações na(s) testada(s) voltada(s) para o(s) logradouro(s).

Redação final: Numeração alterada.

Art.	Proponente	Origem	Proposta		Justificativa	Posição Iphan	Justificativa
6	DLC	Formulário eletrônico	Alterar	Rever - o artigo 6º no formulário é o artigo 5º da minuta	Rever.	Acolhido	O Artigo 3º que consta no formulário da consulta pública foi transferido para o Artigo 47º da Seção "Disposições finais". A numeração dos artigos subsequentes foi corrigida.
6	ADR	Formulário eletrônico	Alterar	Acrescentar a "Casa Rosa" ao lado da Catedral de São Luís.	A Casa Rosa é uma edificação sem similar.	Não acolhido	Edificação foi classificada como NP2. As edificações NP1 são apenas os marcos arquitetônicos de uso público, estruturantes do uso histórico do território, que mantêm perceptível e preservada a maioria das características tipológicas da edificação, externas e internas, não sendo o caso da Casa Rosa.
6	BVM	Formulário eletrônico	Alterar	Não concordo	Não concordo	Não acolhido	Proposta sem justificativa

Análise das propostas para o ARTIGO 7º

Art. 7º São atributos do valor paisagístico: I - espelho d'água e margens do Rio Paraguai na porção urbana tombada; II - relações espaciais e de visibilidade entre o Rio Paraguai e o núcleo urbano, especialmente na Praça Barão de Rio Branco, marco zero da cidade; e III - planície onde se implantou a cidade, entre o Rio Paraguai e a várzea do Riacho da Manga, atual Sangradouro.

Redação final: Numeração alterada.

Art.	Proponente	Origem	Proposta		Justificativa	Posição Iphan	Justificativa
7	DLC	Formulário eletrônico	Alterar	Conferir com a minuta	Idem	Acolhido	O Artigo 3º que consta no formulário da consulta pública foi transferido para o Artigo 47º da Seção "Disposições finais". A numeração dos artigos subsequentes foi corrigida.
7	BVM	Formulário eletrônico	Alterar	Não concordo	Não concordo	Não acolhido	Proposta sem justificativa
7	RG	Formulário eletrônico	Excluir	Não concordo	Não concordo	Não acolhido	Proposta sem justificativa
7	WMK	Formulário eletrônico	Alterar	São atributos do valor paisagístico: I - espelho d'água e margens do Rio Paraguai na porção urbana tombada; II - relações espaciais e de visibilidade entre o Rio Paraguai e o núcleo urbano, especialmente na Praça Barão de Rio Branco, marco zero da cidade; III – Marco do Jauru; IV - Catedral São Luiz; V – Ponte Marechal Rondon; VI – Ponta do Morro, visto de qualquer parte da cidade; e os Casarões históricos. Justificativa: Na área urbana de Cáceres, os itens acrescidos como de grande valor paisagístico, imprescindível deixar de citar o Marco do Jauru, a Catedral, a ponte Marechal Rondon e os Casarões históricos, sendo todos alvos dos turistas que por aqui nos visitam.	Na área urbana de Cáceres, os itens acrescidos como de grande valor paisagístico, imprescindível deixar de citar o Marco do Jauru, a Catedral, a ponte Marechal Rondon e os Casarões históricos, sendo todos alvos dos turistas que por aqui nos visitam.	Não acolhido	O Marco do Jauru, a Catedral e os Casarões estão contemplados como atributos do valor histórico, descritos no artigo seguinte. A Ponte Marechal Rondon não está contemplada no tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cáceres.

Análise das propostas para o ARTIGO 8º

Art. 8º As intervenções na área tombada deverão obedecer aos seguintes objetivos de preservação: I - assegurar a percepção do conjunto como resultado do seu processo histórico de formação, evolução e transformação; II - assegurar a percepção e compreensão das diversas formas históricas de ocupação e configuração da identidade do conjunto pela preservação dos seus atributos e características morfológicas e, onde for o caso, tipológicas, no sentido de assegurar as qualidades espaciais e vivências urbanas reconhecidas nos valores do tombamento; III - assegurar a preservação do conjunto de imóveis que guardam níveis de integridade tipológica determinantes para a percepção da identidade do lugar e compreensão do seu processo histórico de formação; e IV - qualificar as intervenções com novas edificações, melhorias nas existentes e no espaço público tendo como referência os atributos, características e qualidades espaciais reconhecidas nos valores do tombamento.

Redação final: Numeração alterada.

Art.	Proponente	Origem	Proposta		Justificativa	Posição Iphan	Justificativa
8	DLC	Formulário eletrônico	Alterar	Este artigo trata da área de entorno na minuta	Rever	Acolhido	O Artigo 3º que consta no formulário da consulta pública foi transferido para o Artigo 47º da Seção "Disposições finais". A numeração dos artigos subsequentes foi corrigida.
8	BVM	Formulário eletrônico	Alterar	Não concordo	Não concordo	Não acolhido	Proposta sem justificativa
8	JPJ	Formulário eletrônico	Alterar	Permitir a integração com a arquitetura moderna, podendo ser modernizado as edificações não tombadas sem restrições de características construtivas, permitindo por exemplo um prédio moderno em fachada de vidro ao lado de um prédio histórico bem preservado. Fazendo a convivência harmoniosa entre o antigo e o moderno permitindo assim os interesses de investimentos nessas áreas.	Precisa permitir a integração do novo e o antigo	Não acolhido	O valor reconhecido pelo Iphan no conjunto de Cáceres engloba uma série de características que incidem sobre todos os imóveis, não sendo possível a ausência de restrições, mas sim critérios menos rígidos para imóveis não classificados como NP1 e NP2, como descrito na Subseção III - Do casário.
8	WMK	Formulário eletrônico	Alterar	As intervenções na área tombada deverão obedecer aos seguintes objetivos de preservação: I - assegurar a percepção do imóvel tombado como resultado do seu processo histórico de formação, evolução e transformação; II – assegurar, sempre que possível , a percepção e compreensão das diversas formas históricas de ocupação e configuração da identidade do conjunto pela preservação dos seus atributos e características morfológicas e, onde for o caso, tipológicas, no sentido de assegurar as qualidades espaciais e vivências urbanas reconhecidas nos valores do tombamento; III – assegurar a preservação do conjunto de imóveis, considerados "casarões históricos" , que guardam níveis de integridade tipológica determinantes para a percepção da identidade do lugar e compreensão do seu processo histórico de formação; e IV - qualificar as intervenções com as novas edificações, melhorias nas existentes e no espaço público tendo como referência os atributos, características e qualidades espaciais reconhecidas nos valores do tombamento.	Os casarões históricos retratam toda história de Cáceres e é imprescindível a sua conservação e/ou restauração. É um grande atrativo a todos que aqui visitam e fazem parte de um Centro Histórico, fato raro nas cidades brasileiras. Os demais imóveis, mesmo em área de entorno do tombamento, poderá, dentro de certos limites, serem construídos, mesmo com sua arquitetura mais moderna. Temos que ser inteligente e saber conviver com o passado (mantendo os casarões que justifiquem a sua revitalização) e com os estilos atuais.	Não acolhido	O Artigo faz referência aos objetivos de preservação do conjunto tombado de Cáceres. O tombamento vigente é de conjunto urbano, não de imóveis isolados. A norma de preservação não altera o escopo do tombamento vigente. O inciso I explicita essa condição do tombamento do conjunto. O inciso II explicita a necessidade de preservação da morfologia urbana do conjunto e de algumas tipologias (imóveis classificados como NP1 e NP2 apenas). O inciso III faz referência aos imóveis classificados como NP1 e NP2, designação mais ampla e precisa que "casarões históricos".

Análise das propostas para o ARTIGO 9º

Art. 9º As intervenções na poligonal de entorno deverão garantir a visibilidade e a ambiência da área tombada, caracterizada por relações: I - paisagísticas com o Rio Paraguai, onde sobressaem as visuais entre o rio e a cidade, especialmente na suas margens e na praça do marco zero, atual Barão de Rio Branco; II - de visibilidade em direção ao ponto mais alto dentro da poligonal de tombamento, a Catedral São Luís de Cáceres; e III - de continuidade do traçado urbano e do casario de volumetria baixa e de alinhamento na(s) testada(s) voltada(s) para o(s) logradouro(s).

Redação final: Numeração alterada.

Art.	Proponente	Origem	Proposta		Justificativa	Posição Iphan	Justificativa
9	DLC	Formulário eletrônico	Alterar	Conferir a minuta	Idem	Acolhido	O Artigo 3º que consta no formulário da consulta pública foi transferido para o Artigo 47º da Seção "Disposições finais". A numeração dos artigos subsequentes foi corrigida.
9	BVM	Formulário eletrônico	Excluir		Não concordo	Não acolhido	Proposta sem justificativa
9	ADT	Formulário eletrônico	Alterar	Na atrás em torno deve haver a permissão de edificações moderna, pois deve manter as características dos prédios tombado apenas	Deve manter as características apenas dos prédios tombados	Não acolhido	Na minuta, os critérios para o entorno permitem edificações contemporâneas. Elas devem manter o máximo de 2 pavimentos, altura de 7m na fachada e 9,5m na cumeeira, e serem implantadas sem recuo frontal.
9	JPJ	Formulário eletrônico	Excluir		Liberar as construções na área do entorno protegendo apenas algumas unidades que tenham um valor histórico ou guardem características relevantes que justifiquem a sua preservação.	Não acolhido	Na área de entorno todas edificações podem ser alteradas ou renovadas. As novas construções devem manter o máximo de 2 pavimentos, altura de 7m na fachada e 9,5m na cumeeira, e serem implantadas sem recuo frontal.

Análise das propostas para o ARTIGO 10º

Art. 10º A diretriz geral será de manutenção do traçado urbano, com exceção para a Avenida do Sangradouro. Parágrafo único. Será admitida a reconfiguração da Avenida do Sangradouro, dentro de um projeto de requalificação urbanística e paisagística do espaço público circundante e de acordo com as diretrizes estabelecidas no art. 21 desta Portaria.

Redação final: Numeração alterada.

Art.	Proponente	Origem	Proposta		Justificativa	Posição Iphan	Justificativa
10	JPJ	Formulário eletrônico	Excluir		Alterar tombamento por área para tombamento por unidades individuais	Não acolhido	A proposta de norma não pode alterar a poligonal de tombamento, nem o valor do conjunto tombado.

Análise das propostas para o ARTIGO 11º

Art. 11º Serão vedadas a abertura de novas vias, a interrupção das existentes e a reconfiguração do desenho das praças. § 1º Será permitida a alteração das larguras das calçadas e dos leitos carroçáveis das vias, bem como de suas pavimentações, desde que não se criem canteiros centrais. § 2º A implementação de um sistema de vias para circulação de bicicletas deverá privilegiar o uso de ciclofaixas, sem a inserção de elementos que, pelo seu porte, prejudiquem a percepção dos valores e características da área tombada.

Redação final: Numeração alterada.

Art.	Proponente	Origem	Proposta		Justificativa	Posição Iphan	Justificativa
11	MW	Formulário eletrônico	Excluir		Cabe ao município a administração das vias. Caso se tornar necessário o fechamento de alguma via por questões de mobilidade.	Não acolhido	O traçado viário é um atributo do valor histórico de Cáceres, explicitamente identificado no processo de tombamento como componente do valor do conjunto. Assim, a gestão urbana do centro histórico de Cáceres pela Prefeitura deve considerar a importância histórica do traçado das vias e buscar soluções compatíveis para as questões contemporâneas de tráfego que eventualmente surjam.

Análise das propostas para o ARTIGO 12º

Art. 12º A instalação de rampas de acesso às edificações deverão ser instaladas, sempre que possível, dentro dos imóveis, evitando a interrupção de calçadas.

Redação final: Numeração alterada.

Análise das propostas para o ARTIGO 13º

Art. 13º Serão diretrizes de preservação para os espaços públicos: I - assegurar o seu protagonismo enquanto parte imprescindível da morfologia urbana, polarizadora da identidade do conjunto protegido; II - assegurar as condições para que as práticas sociais, atividades cotidianas e lógicas de convivência e de sociabilidade tradicionais neles se desenvolvam, trazendo urbanidade ao conjunto tombado; III - priorizar a circulação do pedestre e a restrição ao estacionamento de veículos; e IV - eliminar gradativamente a poluição visual circundante, sendo recomendado o embutimento de fiação elétrica.

Redação final: Numeração alterada.

Art.	Proponente	Origem	Proposta		Justificativa	Posição Iphan	Justificativa
13	MJSS	Formulário eletrônico	Excluir		Não concordo	Não acolhido	Proposta sem justificativa

Análise das propostas para o ARTIGO 14º

Art. 14º Os projetos de intervenção deverão considerar o espaço em sua integralidade, devendo ser evitadas as alterações fragmentadas e injustificadas

Redação final: Numeração alterada.

Art.	Proponente	Origem	Proposta		Justificativa	Posição Iphan	Justificativa
14	MJSS	Formulário eletrônico	Excluir		Não concordo	Não acolhido	Proposta sem justificativa

Análise das propostas para o ARTIGO 15º

Art. 15º Será vedada a criação de novos lotes.

Redação final: Art. 14º Será vedada a criação de novos lotes em espaços públicos.

Art.	Proponente	Origem	Proposta		Justificativa	Posição Iphan	Justificativa
15	MW	Formulário eletrônico	Excluir		Diante da necessidade de criar novos espaços para ampliar o desenvolvimento da cidade	Não acolhido	Os espaços públicos do conjunto histórico de Cáceres têm valor e por isso devem ser preservados enquanto tal. A administração municipal pode gerir o desenvolvimento da cidade sem criação de novos lotes em áreas públicas. Verificamos que a redação pode ficar mais clara com um pequeno ajuste: "Será vedada a criação de novos lotes em espaços públicos".
15	MJSS	Formulário eletrônico	Excluir		Não concordo	Não acolhido	Proposta sem justificativa

Análise das propostas para o ARTIGO 16º

Art. 16º Será vedada a instalação de equipamentos publicitários no espaço público.

Redação final: Art. 15º Será permitida a instalação de equipamentos publicitários no espaço público promovida apenas por órgãos públicos em função da necessidade de dar publicidade a informações de interesse público como, por exemplo, de segurança pública, mobilidade, saúde, e desde que em caráter temporário. Parágrafo único. Os equipamentos não devem obstruir a leitura dos elementos valorados no conjunto, sobretudo das edificações classificadas como NP1 e NP2.

Art.	Proponente	Origem	Proposta		Justificativa	Posição Iphan	Justificativa
16	JPJ	Formulário eletrônico	Alterar	Permitir mas estabelecer limites e tamanho das publicações, exceto nos prédios tombados	Desde que não atrapalhem a visão de prédios tombados, as demais áreas estariam liberadas conforme o código de postura da cidade	Acolhido parcialmente	Foram avaliadas eventuais situações passíveis de autorização, restringindo o uso apenas em função do interesse público, e reescrito o artigo.

Análise das propostas para o ARTIGO 17º

Art. 17º A mudança no paisagismo dos espaços públicos e a troca de materiais, canteiros ou espécies não configuram mudança no traçado viário.

Redação final: Numeração alterada.

Análise das propostas para o ARTIGO 18º

Art. 18º A implantação de elementos construídos, arbustivos, mobiliário urbano ou equipamentos diversos em praças e espaços públicos não deverá impedir o trânsito de pedestres, o acesso aos espaços públicos, nem obstruir a leitura dos elementos valorados no conjunto, sobretudo das edificações classificadas como NP1 e NP2. Parágrafo único. Novos elementos construídos serão admitidos exclusivamente se justificados em função de seu interesse público.

Redação final: Numeração alterada.

Análise das propostas para o ARTIGO 19º

Art. 19º Na Praça Barão de Rio Branco, dever-se-á manter o destaque para o Marco do Jauru e para a Catedral, preservando-se as vistas principais para o marco, entre ele e a Catedral, bem como da Praça para o Rio Paraguai. § 1º O Marco do Jauru deverá ser conservado em sua materialidade, não sendo admitidas pinturas sobre a pedra de lioz ou sobre sua base, nem a fixação de elementos de publicidade. § 2º Serão autorizadas modificações apenas se embasadas em documentação histórica. § 3º O uso temporário da praça para eventos dependerá da aprovação de projeto, visando preservar o seu uso cotidiano e a sua ambientação paisagística. § 4º Serão permitidas tendas ou equipamentos para eventos temporários exclusivamente nas bordas pavimentadas junto às Ruas 13 de Junho e João Pessoa, com ocupação de até 1/3 (um terço) do espaço da praça, preservando-se as vistas principais mencionadas no caput.

Redação final: Numeração alterada.

Análise das propostas para o ARTIGO 20º

Art. 20º As margens do Rio Paraguai deverão ser preservadas e valorizadas em seu trecho tombado enquanto espaços qualificados para a fruição e lazer, sem obstrução das vistas entre rio e cidade. § 1º Obras de qualificação poderão prever a remoção de construções edificadas ao longo do tempo que não contribuam para o valor do conjunto, se tal ação contribuir para a qualificação da relação da cidade com o rio. § 2º Serão vedadas novas construções em suas margens, exceto se complementares às funções de fruição e lazer e de necessidade justificada. § 3º Elementos e obras de infraestrutura sanitária ou similar deverão ser embutidos, de modo a não prejudicar o valor paisagístico expresso nas margens do Rio Paraguai. § 4º Será vedada a instalação de elementos que prejudiquem a visibilidade do Rio Paraguai e suas margens

Redação final: Art. 19º Alteração do § 1º para: Obras de qualificação poderão prever excepcionalmente a remoção de construções edificadas ao longo do tempo que não contribuam para o valor do conjunto nem sejam protegidas pelo governo estadual ou municipal, se tal ação contribuir para a qualificação da relação da cidade com o rio.

Art.	Proponente	Origem	Proposta		Justificativa	Posição Iphan	Justificativa
20	MBTG	Formulário eletrônico	Alterar	Será permitida a demolição de imóveis dentro da área tombada, segundo a redação. Enfatizar que só será permitido em casos excepcionais , quando o imóvel não for considerado de valor histórico e que não contribui para a leitura do conjunto, sob o risco de má interpretação. Lembrando que a área de tombamento estadual é coincidente com a federal.	Sugestão de texto: Obras de qualificação poderão prever a remoção de construções edificadas ao longo do tempo que não contribuam para o valor do conjunto, consideradas pelo Iphan e demais órgãos de preservação como sem valor histórico, se tal ação contribuir para a qualificação da relação da cidade com o rio.	Acolhido	Acatamos a sugestão de tornar mais clara a excepcionalidade da demolição de imóveis nas proximidades das margens do Rio Paraguai.

Análise das propostas para o ARTIGO 21º

Art. 21º Projetos de requalificação para a Avenida do Sangradouro que promovam a preservação dos valores históricos e paisagísticos do conjunto deverão considerar além das diretrizes e critérios gerais: I - a valorização do seu potencial paisagístico mediante a ampliação da permeabilidade do solo e da arborização, podendo ser considerado o destamponamento do riacho da Manga; II - a separação da circulação de veículos da de pedestres; III - a manutenção das visadas preferenciais para o Rio Paraguai; e IV - a integração entre o Museu de Cáceres com o espaço público circundante, qualificando sua fruição para o uso cotidiano e ambientação paisagística. Parágrafo único. O uso temporário da área para eventos, inclusive os grandes eventos anuais, requererão a apresentação de projeto prevendo ambientação paisagística e setorização dos usos (como palco, apoio, tendas, sanitários), de modo a reservar áreas para o uso cotidiano.

Redação final: Art. 20º Alteração do inciso IV para: a integração da construção que hoje abriga o Museu de Cáceres Emília Darci de Souza Cuyabano com o espaço público circundante, qualificando sua fruição para o uso cotidiano e ambientação paisagística.

Art.	Proponente	Origem	Proposta		Justificativa	Posição Iphan	Justificativa
21	SMSP	Formulário eletrônico	Alterar	EXCLUIR O NR: IV - a integração entre o Museu de Cáceres com o espaço público circundante, qualificando sua fruição para o uso cotidiano e ambientação paisagística.	AS INSTALAÇÕES DO ESPAÇO DESTINADO AO NOVO MUSEU NA ÁREA DISCRIMINADA NÃO FOI ADEQUADO AS NECESSIDADES DE SALVA GUARDA DO ACERVO EXISTENTE. DEVENDO A COMUNIDADE CACERENSE SOLICITAR UM NOVO ESPAÇO OU VOLTAR PARA O ANTIGO.	Não acolhido	O artigo não determina que o imóvel seja usado como museu, mas dá diretrizes para melhoria da relação da edificação com o espaço circundante. Foi feito um ajuste na redação para conferir maior clareza ao texto.
21	MBTG	Formulário eletrônico	Alterar	O Museu está localizado na Rua Antônio Maria, não Av Sangradouro.	O Museu está localizado na Rua Antônio Maria, não Av Sangradouro.	Acolhido	Foi feito um ajuste na redação para conferir maior clareza ao texto.

Análise das propostas para o ARTIGO 22º

Art. 22º Será permitido o desmembramento de lotes, exceto nas edificações classificadas como NP1, desde que a testada mínima seja de no mínimo 10 m (dez metros).§ 1º Lotes que atravessam a quadra poderão ser desmembrados desde que façam frente para as duas ruas opostas. § 2º Desmembramentos nas edificações NP2 poderão ser autorizados desde que não prejudiquem a leitura da tipologia preservada.

Redação final: Numeração alterada.

Análise das propostas para o ARTIGO 23º

Art. 23º Será permitido o remembramento de lotes com testada menor que 10 m (dez metros) e desde que o lote final não tenha testada superior a 19 metros. Parágrafo único. O remembramento de lotes contendo edificações NP1 e NP2 será autorizado nas situações em que houver o desmembramento da unidade original e no sentido de preservar a tipologia histórica específica da construção.

Redação final: Numeração alterada.

Análise das propostas para o ARTIGO 24º

Art. 24º As edificações localizadas na poligonal de tombamento que não sejam classificadas como de interesse para preservação poderão ser renovadas desde que: I - não promovam vazios urbanos; II - limitem sua altura máxima a 4,50 m (quatro metros e cinquenta centímetros) na fachada e 7 m (sete metros) na cumeeira ou às respectivas alturas do imóvel mais próximo classificado como NP2; III - sejam alinhadas ao(s) limite(s) frontal do lote; e IV - se implantadas em lotes de esquina, mantenham, recomponham ou reconstruam os chanfros tradicionais. Parágrafo único. Serão permitidos mezaninos internos aos imóveis, desde que não sejam abertos vãos que caracterizem um segundo pavimento na(s) fachada(s) voltada(s) para o(s) logradouro(s).

Redação final: Numeração alterada.

Art.	Proponente	Origem	Proposta		Justificativa	Posição Iphan	Justificativa
24	MW	Formulário eletrônico	Alterar	As edificações localizadas na poligonal de tombamento que não sejam classificadas como de interesse para preservação poderão ser renovadas desde que: I - não promovam vazios urbanos; II - limitem sua altura máxima a 4,50 m (quatro metros e cinquenta centímetros) na fachada e 7 m (sete metros) na cumeeira; III - sejam alinhadas ao(s) limite(s) frontal do lote; e IV - se implantadas em lotes de esquina, mantenham, recomponham ou reconstruam os chanfros tradicionais. Parágrafo único. Serão permitidos mezaninos internos aos imóveis, desde que não sejam abertos vãos que caracterizem um segundo pavimento na(s) fachada(s) voltada(s) para o(s) logradouro(s).	Ja esta limitando uma medida para a altura. Nao dificulta o entendimento ou cria uma condicao para cada imovel	Não acolhido	Em decorrência da heterogeneidade do conjunto, a alternativa foi aberta para o caso de vizinhança com edificações NP2 que possuam uma altura maior que 4,5/7m e que podem ser bem ambientadas por novas edificações de mesma altura.
24	MJSS	Formulário eletrônico	Excluir		Não concordo	Não acolhido	Proposta sem justificativa
24	JPJ	Formulário eletrônico	Alterar	Essa restrição arquitetônica parece absurda querer impedir a modernização que poderia conviver harmoniosamente com o antigo.	Não permitir afastamento obrigatório de 5m pelo código de postura, mostra a intenção de que essa nova construção se passe por uma construção antiga bem preservada, que ao meu ver seria uma Farsa.	Não acolhido	O critério do alinhamento da edificação no limite frontal do lote tem por objetivo preservar a continuidade morfológica do conjunto construído, que se traduz em perspectivas bem demarcadas nas vias, contribuindo para a manutenção da ambiência histórica do conjunto.
24	MBTG	Formulário eletrônico	Alterar	Não há limitação de aberturas em imóveis "sem valor" na área tombada?	Sugestão: Estabelecer vãos de abertura máximos para estes imóveis, buscando evitar grandes vãos (portas de enrolar metálicas, por ex) que atrapalham a leitura do conjunto.	Acolhido	Foi acrescentado um inciso no Artigo 25 para o estabelecimento de um limite para a largura de vãos de imóveis não classificados como NP1 ou NP2.

Análise das propostas para o ARTIGO 25º

Art. 25º As fachadas de todas as construções na área tombada deverão seguir os seguintes critérios: I - serão permitidos apenas revestimentos de argamassa, sendo vedadas texturas revestimentos cerâmicos, metálicos (como alumínio composto) ou espelhos; II - serão vedados tons fortes (muito saturados) de pintura, brilhantes, fluorescentes ou chamativos, tons pretos, metalizados, com desenhos, letras ou estampas; III - a pintura das paredes deverá ser feita com tintas à base de água, preferencialmente a cal, mas sendo também aceita a tinta látex, desde que fosca; IV - a pintura das esquadrias poderá adotar a tinta a óleo, devendo esta ser fosca; V - será vedada a construção de marquises sobre as fachadas; VI - o uso de iluminação em fachadas deverá ser moderado e não causar ofuscamentos, sendo permitido o uso de arandelas ou o embutimento no solo; VII - o sistema de escoamento de água pluvial das edificações deverá ser embutido nas fachadas e calçadas; e VIII - dever-se-á escolher modelos e sistemas de segurança discretos, de menor impacto visual possível, sendo vedadas cercas ou concertinas espiraladas.

Redação final: Acrescida uma alínea e renumeradas as subsequentes: VI – a largura dos vãos deverá ser limitada a metade da testada, não excedendo o máximo de 5m; VII - o uso de iluminação em fachadas deverá ser moderado e não causar ofuscamentos, sendo permitido o uso de arandelas ou o embutimento no solo; VIII - o sistema de escoamento de água pluvial das edificações deverá ser embutido nas fachadas e calçadas; e XIX - dever-se-á escolher modelos e sistemas de segurança discretos, de menor impacto visual possível, sendo vedadas cercas ou concertinas espiraladas.

Art.	Proponente	Origem	Proposta		Justificativa	Posição Iphan	Justificativa
25	JPJ	Formulário eletrônico	Excluir		Pra mim não devemos impedir o convívio do moderno com o antigo. Ao invés de tentar fingir que esses prédios são antigos	Não acolhido	Todas as edificações não classificadas como NP1 e NP2 na área tombada podem ser renovadas e seguir alguns critérios de ambiência, de modo a não se sobressair ao lado dos imóveis valorados.
25	MJSS	Formulário eletrônico	Excluir		Não concordo	Não acolhido	Proposta sem justificativa
25	MW	Formulário eletrônico	Excluir	I - serão permitidos revestimentos de argamassa, texturas, revestimentos cerâmicos, fica vedado revestimentos metálicos (como alumínio composto) ou espelhos;II - serão vedados tons fortes (muito saturados) de pintura, brilhantes, fluorescentes, metalizados, com desenhos, letras ou estampas;III - a pintura das paredes deverá ser feita com tintas à base de água, preferencialmente a cal, mas sendo também aceita a tinta látex, desde que fosca;IV - a pintura das esquadrias poderá adotar a tinta a óleo, devendo esta ser fosca;V - será vedada a construção de marquises sobre as fachadas;VI - o uso de iluminação em fachadas deverá ser moderado e não causar ofuscamentos, sendo permitido o uso de arandelas ou o embutimento no solo;VII - o sistema de escoamento de água pluvial das edificações deverá ser embutido nas fachadas e calçadas; eVIII - dever-se-á escolher modelos e sistemas de segurança discretos, de menor impacto visual possível, sendo vedadas cercas ou concertinas espiraladas.	Deve ser utilizado materiais usados no momento.	Não acolhido	Texturas e revestimentos cerâmicos são incomuns nas tipologias dos imóveis de interesse, podendo alterar sua ambiência de forma negativa quando usados em imóveis próximos, que podem se sobressair em relação aos de interesse.

Análise das propostas para o ARTIGO 26º

Art. 26º Lotes vagos ou usados como estacionamento deverão manter muros alinhados à frente dos lotes e seguir coloração conforme previsto para a pintura de fachadas.

Redação final: Numeração alterada.

Análise das propostas para o ARTIGO 27º

Art. 27º Os equipamentos de climatização, placas solares, antenas, caixas d'água não deverão ser visíveis ao nível dos logradouros, podendo ser instalados nos planos de telhados voltados para os fundos ou construções anexas.

Redação final: Numeração alterada.

Art.	Proponente	Origem	Proposta		Justificativa	Posição Iphan	Justificativa
27	MW	Formulário eletrônico	Alterar	Art. 27. Os equipamentos de climatização, placas solares, antenas, caixas d'água não deverão ser visíveis ao nível dos logradouros, podendo ser instalados nos planos de telhados sempre que possíveis voltados para os fundos ou construções anexas.	Nem sempre se consegue atender essas exigências.	Não acolhido	Deve-se buscar alternativas para que esses equipamentos não fiquem visíveis ao nível do logradouro, pois prejudicam a ambiência do conjunto.

Análise das propostas para o ARTIGO 28º

Art. 28º Medidores de água e energia elétrica deverão ser locados no recuo, quando houver, ou embutidos, sempre que possível.

Redação final: Art. 27º Medidores de água e energia elétrica deverão ser locados no recuo, quando houver, ou embutidos no solo ou na fachada, visando o menor impacto possível.

Art.	Proponente	Origem	Proposta		Justificativa	Posição Iphan	Justificativa
28	MBTG	Formulário eletrônico	Alterar	Verificar junto às concessionárias de energia e água a possibilidade de troca do padrão dos medidores por modelos embutidos no solo, visando menor impacto nas fachadas.	Verificar junto às concessionárias de energia e água a possibilidade de troca do padrão dos medidores por modelos embutidos no solo, visando menor impacto nas fachadas.	Acolhido parcialmente	Foi revista a redação de modo a incluir a opção sugerida.
28	MJSS	Formulário eletrônico	Alterar		Não concordo	Não acolhido	Proposta sem justificativa

Análise das propostas para o ARTIGO 29º

Art. 29º Constituem os imóveis de interesse para preservação aqueles que guardam níveis de integridade tipológica e de continuidade morfológica no conjunto urbano determinantes para configuração da identidade do lugar e percepção do seu processo histórico de formação, classificados em duas categorias: I - NP1 - Preservação Integral: marcos arquitetônicos de uso público, estruturantes do uso histórico do território, que mantêm perceptível e preservada a maioria das características tipológicas da edificação, externas e internas; e II - NP2 - Preservação Parcial: edificações de características arquitetônicas de fachada preservadas ou com alterações passíveis de recomposição, caracterizadas como tipologias de inspiração colonial, eclética, neoclássica, art déco ou art nouveau, passíveis de restauração, de acordo com suas características originais. § 1º Com exceção dos imóveis em situação de ruína, a classificação NP1 e NP2 independe do estado de conservação dos imóveis e decorre do nível de integridade da sua feição original ou de uma composição coerente a ela. § 2º O Anexo IV reúne a lista dos imóveis classificados como NP1 e NP2, com endereço, coordenadas geográficas, eventual nome e modelo estilístico.

Redação final: Numeração alterada.

Art.	Proponente	Origem	Proposta		Justificativa	Posição Iphan	Justificativa
29	MW	Formulário eletrônico	Alterar	Art. 29. Constituem os imóveis de interesse para preservação aqueles que guardam níveis de integridade tipológica e de continuidade morfológica no conjunto urbano determinantes para configuração da identidade do lugar e percepção do seu processo histórico de formação, classificados em duas categorias: I - NP1 - Preservação Integral: marcos arquitetônicos de uso público, estruturantes do uso histórico do território, que mantêm perceptível e preservada a maioria das características tipológicas da edificação, externas e internas; e II - NP2 - Preservação Parcial: edificações de características arquitetônicas de fachada preservadas ou com alterações passíveis de recomposição, caracterizadas como tipologias de inspiração colonial, eclética, neoclássica, art déco ou art nouveau, passíveis de restauração, de acordo com suas características originais. § 1º Com exceção dos imóveis em situação de ruína, a classificação NP1 e NP2 depende do estado de conservação dos imóveis e decorre do nível de integridade da sua feição original ou de uma composição coerente a ela. § 2º O Anexo IV reúne a lista dos imóveis classificados como NP1 e NP2, com endereço, coordenadas geográficas, eventual nome e modelo estilístico.	O estado de conservação influencia muito se será possível a recomposição	Não acolhido	Foram identificados como NP1 e NP2 aquelas edificações que, tanto pelo estado de conservação quanto de preservação (integridade), podem ser restauradas ou recompostas.
29	FEDPCB	Carta	Suspender	Suspensão da Consulta Pública	A Minuta da Portaria de IN através da definição e classificação do que são atributos do valor histórico (Art. 5), delimitação de 170 edificações como NP1 e NP2 (...) e a definição do que não são edificações de interesse para preservação dentro da poligonal do tombamento (Art. 23), (...) fere os princípios da conservação e restauração dos valores reconhecidos através do ato de tombamento definitivo em 2012, permitindo um rompimento com as deliberações do Conselho Consultivo do IPHAN (Decreto-Lei 25/37; Decreto nº 9.963/2019);	Não acolhido	O Processo de Tombamento federal n. 1542-T-07 não contém um inventário das edificações mencionadas como representativas das tipologias históricas valoradas. A normatização indicou as edificações que ainda possuem elementos que referenciam essas tipologias históricas. O conjunto de Cáceres já se apresentava de modo heterogêneo no momento de tombamento, alterando algumas edificações preservadas com uma maioria descaracterizada.
29	UNEMAT-GR	Carta	Suspender	Suspensão da Consulta Pública	Ao redefinir o alvo de preservação, "do conjunto" para "apenas 170 imóveis", (...), esta Minuta de Instrução Normativa adúltera completamente todas as decisões tomadas anteriormente		A proposta de norma não altera a poligonal de tombamento nem o valor do conjunto tombado. Foi alterada a redação do Artigo 4º para deixar mais claro que os valores mencionados provêm do Processo de Tombamento federal n. 1542-T-07.

Análise das propostas para o ARTIGO 30º

Art. 30º Os imóveis de interesse para preservação deverão manter as características que permitam a percepção de morfologia, com base no seu modelo tipológico ou estilístico original, considerando as adaptações e transformações ocorridas no seu período de existência consideradas compatíveis com sua preservação.

Redação final: Numeração alterada.

Art.	Proponente	Origem	Proposta		Justificativa	Posição Iphan	Justificativa
30	MJSS	Formulário eletrônico	Excluir		Não concordo	Não acolhido	Proposta sem justificativa

Análise das propostas para o ARTIGO 31º

Art. 31º Os modelos tipológicos ou estilísticos originais dominantes na área tombada são: I - colonial, abrangendo construções dos séculos XVIII e XIX térreas, de alvenaria de adobe, sem recuos frontais, com fachadas sem ornamentação ou minimamente ornamentadas, compostas por porta e janela(s) de vãos retos, telhados com estrutura de madeira, cumeeira paralela à via e telhas cerâmicas tipo capa e canal, aparentes nas fachadas, frequentemente com mais de uma beira; II - neoclássica, abrangendo construções do final do século XIX às primeiras três décadas do século XX, térreas de pé direito alto, majoritariamente sem recuos frontais, às vezes soltas no lote, alvenaria de tijolos (eventualmente com adobe nas paredes internas), fachadas simétricas com vãos retos, em arco pleno ou abatido, e telhados com estrutura de madeira e telhas cerâmicas, ocultos por platibandas de balaustradas e feições sóbrias, por vezes com frontões marcando a entrada principal; III - eclética, abrangendo construções das primeiras quatro décadas do século XX, térreas com pé direito alto, majoritariamente sem recuos frontais e chanfradas na esquina, alvenaria de tijolos (eventualmente com adobe nas paredes internas), fachadas ricamente ornamentadas com elementos provenientes de estilos diversos, e telhados com estrutura de madeira e telhas cerâmicas, ocultos por platibandas decoradas com frontões marcando a entrada principal; e IV - art déco, abrangendo construções de meados do século XX, predominantemente térreas e excepcionalmente com dois pavimentos, sem recuos frontais e chanfradas na esquina, alvenaria de tijolos, fachadas com decorações retilíneas e vãos retos, e telhado com estrutura de madeira e telhas cerâmicas, ocultos por platibandas decoradas com formas geométricas. § 1º Destaca-se no conjunto a Catedral São Luís de Cáceres no estilo neogótico, com seus vãos em arcos ogivais emoldurando vidros coloridos. § 2º Compõem o grupo de imóveis de interesse duas edificações com elementos de inspiração estilística vinculada ao art nouveau, como janelas tripartites e decorações sinuosas e orgânicas.

Redação final: Numeração alterada.

Análise das propostas para o ARTIGO 32º

Art. 32º Nos imóveis em situação de ruína, as intervenções poderão ser do tipo reconstrução ou de reconstituição, sendo que os respectivos parâmetros de intervenção serão definidos pelo IPHAN em cada caso. § 1º Serão reconstruídos os imóveis em situação de ruína quando existir documentação e estudos que permitam uma abordagem coerente e verossímil. § 2º Na ausência das condições mencionadas no parágrafo anterior, o imóvel será reconstituído com materiais compatíveis, de modo a permitir a leitura diferenciada dos diferentes momentos históricos, devendo ser valorizados os remanescentes da construção pré-existente.

Redação final: Art. 32º Nos imóveis em situação de ruína **que representem valor histórico**, as intervenções poderão ser do tipo **consolidação, restauração parcial, reconstrução ou recomposição volumétrica, ou, ainda, uma combinação delas**, sendo que os respectivos parâmetros de intervenção serão definidos pelo IPHAN em cada caso. § 1º Poderão ser reconstruídos os imóveis em situação de ruína quando existir documentação e estudos que permitam uma abordagem coerente e verossímil. § 2º Na ausência das condições mencionadas no parágrafo anterior, o imóvel poderá ser **recomposto em sua volumetria, ter partes consolidadas ou restauradas**, de modo a permitir a leitura diferenciada dos diferentes momentos históricos, devendo ser valorizados os remanescentes da construção pré-existente.

Art.	Proponente	Origem	Proposta		Justificativa	Posição Iphan	Justificativa
32	MW	Formulário eletrônico	Alterar	Art. 32. Nos imóveis em situação de ruína, as intervenções poderão ser do tipo reconstrução ou de reconstituição, se possível , sendo que os respectivos parâmetros de intervenção serão definidos pelo IPHAN em cada caso. § 1º Serão reconstruídos os imóveis em situação de ruína quando existir documentação e estudos que permitam uma abordagem coerente e verossímil. § 2º Na ausência das condições mencionadas no parágrafo anterior, o imóvel será reconstituído se possível com materiais compatíveis, de modo a permitir a leitura diferenciada dos diferentes momentos históricos, devendo ser valorizados os remanescentes da construção pré-existente.	Os materiais da época e mão de obra já não se encontram com facilidade hoje.	Não acolhido	São vários os materiais compatíveis. A redação do artigo foi revista de modo a tornar possível a avaliação caso a caso.
32	MBTG	Formulário eletrônico	Alterar	A questão das ruínas é bastante complexa. O texto não abre possibilidade para discussão sobre como proceder em cada caso. Em caso de reconstrução, apenas documentação não basta, é necessário um debate teórico sobre o que fazer, depende de cada caso.		Acolhido	A redação do artigo foi revista de modo a tornar possível a avaliação caso a caso.
32	MJSS	Formulário eletrônico	Excluir		Não concordo	Não acolhido	Proposta sem justificativa

Análise das propostas para o ARTIGO 33º

Art. 33 Constituirão critérios de intervenção nos imóveis classificados como NP1:I - quanto à configuração e posição no lote: a) o edifício principal deverá manter a mesma implantação no lote do tecido urbano de origem, incluindo recuos e afastamentos; b) as ampliações horizontais deverão se destacar do edifício principal sem interferir na sua configuração morfológica; e c) não serão permitidas vedações de lote que impeçam a relação visual com os logradouros lindeiros, devendo ser conservadas as vedações originais, ou, na sua ausência, introduzidas novas com a mesma lógica compositiva; II - quanto às características compositivas e estilísticas do imóvel, deverão ser preservados volumetria, fachadas, ornamentos, esquadrias, coberturas, espaços internos, elementos integrados e sistemas construtivos, com base no modelo tipológico e estilístico original e considerando as adaptações e transformações ocorridas que participam na compreensão e qualificação do conjunto urbano protegido, sendo que: a) poderão ser suprimidos elementos pontuais construídos no lote que, comprovadamente, não decorram da composição original e interfiram na percepção e compreensão das características compositivas e estilísticas do imóvel; b) será permitida abertura pontual de novos vãos nas fachadas no caso de imposições legais relativas à salubridade, acessibilidade e segurança, devendo estes se inserir na lógica compositiva do edifício e ser localizados nas faces ou trechos menos visíveis a partir dos logradouros; c) a recomposição das fachadas será permitida de forma localizada, e devidamente justificada, quando se tratar de reversão de pequenas ações que, acidentalmente ou de forma inadequada, desvirtuaram a configuração original; d) as cores dos elementos das fachadas deverão ser entendidas como uma unidade coerente e serão determinadas por prospecção das camadas pré-existentes tentando reproduzir as combinações originais, ou, na sua ausência, de acordo com combinações estabelecidas em paleta cromática a ser fornecida pelo IPHAN; e) serão permitidas adequações no sistema de captação e condução de águas pluviais das coberturas - calhas e condutores - na eventualidade das soluções pré-existentes não se mostrarem eficazes; f) serão permitidas adequações da organização interna das edificações para viabilizar a inserção de dispositivos impostos por determinação legal - salubridade, acessibilidade e segurança, podendo ser suprimidos elementos construídos pontuais que, comprovadamente, não decorram da composição original ou não contribuam para a percepção e compreensão das características compositivas e/ou estilísticas do imóvel; g) os elementos integrados internos e externos que sejam parte das características compositivas e/ou estilísticas do imóvel, ou que contribuam para a sua percepção e compreensão - pinturas murais, vitrais, ornatos, forros, azulejaria, mosaicos, marcenarias, ferragens e esculturas, entre outros - deverão ser preservados; e h) serão permitidas soluções construtivas e uso de materiais que, não alterando a lógica do sistema construtivo original, permitam melhorar as condições de conforto e as ações de conservação e manutenção. Parágrafo único. Funções e usos distintos daqueles para o quais os imóveis foram concebidos poderão ser instalados, desde que as eventuais adequações observem as condicionantes expressas nos incisos I e II deste artigo, e que não ofereçam risco à existência do edifício, à segurança e à integridade funcional do sistema construtivo, nem lhes provoque desgaste anômalo aos padrões de durabilidade.

Redação final: Alterada a numeração; o inciso II - quanto às características compositivas e estilísticas externas e internas do imóvel, deverão ser preservados volumetria, fachadas, ornamentos, esquadrias, coberturas, materiais e sistemas construtivos; excluída a alínea b); alterada a alínea f) serão permitidas adequações na organização interna e nas fachadas das edificações para viabilizar a inserção de dispositivos impostos por determinação legal - salubridade, acessibilidade e segurança, **optando sempre pela solução de menor impacto possível**; e h) serão permitidas soluções construtivas e uso de materiais que permitam melhorar as condições de conforto ou as ações de conservação e manutenção, **optando sempre pela solução de menor impacto possível**.

Art.	Proponente	Origem	Proposta		Justificativa	Posição Iphan	Justificativa
33	MJSS	Formulário eletrônico	Excluir		Não concordo	Não acolhido	Proposta sem justificativa
33	Iphan	Propostas internas Iphan	Alterar	<p>II - quanto às características compositivas e estilísticas externas e internas do imóvel, deverão ser preservados volumetria, fachadas, ornamentos, esquadrias, coberturas, espaços internos elementos integrados materiais e sistemas construtivos (...).</p> <p>b) será permitida abertura pontual de novos vãos nas fachadas no caso de imposições legais relativas à salubridade, acessibilidade e segurança, devendo estes se inserir na lógica compositiva do edifício e ser localizados nas faces ou trechos menos visíveis a partir dos logradouros; f) serão permitidas adequações na organização interna e nas fachadas das edificações para viabilizar a inserção de dispositivos impostos por determinação legal - salubridade, acessibilidade e segurança, podendo ser suprimidos elementos construídos internos pontuais, que optando sempre pela solução de menor impacto possível.</p> <p>comprovadamente, não decorram da composição original ou não contribuam para a percepção e compreensão das características compositivas e/ou estilísticas do imóvel; h) serão permitidas soluções construtivas e uso de materiais que permitam melhorar as condições de conforto ou as ações de conservação e manutenção, optando sempre pela solução de menor impacto possível.não alterando a lógica do sistema construtivo original.</p>	<p>Inciso II: para deixar claro que a classificação NP1 preserva características externas e internas dos imóveis. Entendeu-se que dizer "materiais" e "sistemas construtivos" é suficiente para explicar como se dará a preservação do interior dos imóveis. Percebeu-se haver um equívoco no item b), pois a intenção não é permitir a abertura de vãos nas fachadas. O item f) foi reformulado para acolher alterações dessa natureza também nas fachadas, e deixando mais claro que o critério norteador é a minimização do impacto. O item h) também foi alterado para deixar claro o critério norteador.</p>	Acolhido	Mesma justificativa.

Análise das propostas para o ARTIGO 34º

Art. 34. Constituirão critérios de intervenção nos imóveis classificados como NP2: I - quanto à configuração e posição no lote, o edifício principal deverá manter a mesma posição associada à sua implantação no tecido urbano da construção original, com os mesmos recuos e afastamentos, e as ampliações horizontais e eventuais anexos devem permitir compreender a configuração morfológica histórica; II - quanto à relação com o logradouro, o edifício deverá manter a mesma lógica da configuração morfológica histórica, com a manutenção da estrutura dos acessos, áreas destinadas ao agenciamento paisagístico e vedações de lote; e III - quanto às características compositivas e estilísticas do imóvel, deverão ser preservados volumetria, fachadas e seus ornamentos, esquadrias, coberturas, sistemas construtivos e materiais, com base no modelo tipológico e estilístico original e considerando as adaptações e transformações ocorridas que participam na compreensão e qualificação do conjunto urbano protegido, sendo que: a) eventuais ampliações verticais deverão preservar a percepção e compreensão dos atributos da edificação pré-existente, e seguirão a altura máxima da construção existente; b) será permitida a abertura pontual de novos vãos no caso de imposições legais relativas à salubridade, acessibilidade e segurança, devendo estes se inserir na lógica compositiva do edifício e serem localizados nas faces ou trechos menos visíveis a partir dos logradouros; c) intervenções de recomposição serão permitidas para reversão de ações que, acidentalmente ou de forma inadequada, desvirtuaram a configuração original; d) a escolha de cores para a pintura das fachadas deverá seguir o padrão de uma cor para as alvenarias, outra para os elementos decorativos e molduras dos vãos, outra para as esquadrias e outra para os gradis; eventualmente, outra para o barrado; e) as cores dos elementos decorativos e das molduras deverão contrastar com as cores das alvenarias - branco ou cores neutras para alvenarias coloridas, cores em tons claros no caso de alvenarias brancas, e, no caso de edificações de feições coloniais, os tons podem ser escuros, de acordo com a Paleta de Cores fornecida pelo IPHAN; f) as cores das esquadrias deverão ser em tons mais escuros do que as das alvenarias e elementos decorativos; g) as fachadas sem ornamentos ou detalhes ressaltados poderão ser pintadas em cores únicas; h) será vedado o uso de tons fortes (muito saturados), fluorescentes e chamativos, metalizados, desenhos, letras ou estampas; i) será vedada a divisão do imóvel de tipologia única em diferentes cores; j) a pintura das paredes e molduras das fachadas deverá ser feita com tintas à base de água, preferencialmente a cal, mas sendo também aceita a tinta PVA, desde que fosca, e a das esquadrias com tintas de base sintética ou óleo foscas; k) as configurações originais de cobertura deverão ser preservadas, adotando-se, como regra geral, duas águas para a tipologia colonial e quatro águas para as demais tipologias, seguindo o padrão dos imóveis de interesse de mesma tipologia; l) serão permitidas adequações no sistema de captação e condução de águas pluviais das coberturas - calhas e condutores - na eventualidade de as soluções pré-existentes não se mostrarem eficazes, com exceção dos imóveis de tipologia colonial; e m) será permitida a introdução de novos sistemas construtivos compatíveis com os históricos ou que, não alterando a lógica do sistema construtivo, permitam melhorar o seu desempenho estrutural e durabilidade. Parágrafo único. Exclusivamente nos imóveis de tipologia única que tiverem sido desmembrados serão admitidas variações suaves de coloração desde que sigam tons de intensidade similar nos panos de alvenaria, nos elementos decorativos e nas esquadrias, de modo a permitir a leitura da continuidade tipológica com facilidade.

Redação final: Alterada a numeração; o inciso III - quanto às características compositivas e estilísticas **externas** do imóvel, deverão ser preservados volumetria, fachadas e seus ornamentos, esquadrias, coberturas, sistemas construtivos e materiais (...); a alínea b) serão permitidas adequações nas fachadas das edificações para viabilizar a inserção de dispositivos impostos por determinação legal - salubridade, acessibilidade e segurança, **optando sempre pela solução de menor impacto possível**; k) : as configurações originais de cobertura deverão ser preservadas; e m) será permitida (...) durabilidade, **optando sempre pela solução de menor impacto possível**.

Art.	Proponente	Origem	Proposta		Justificativa	Posição Iphan	Justificativa
34	MW	Formulário eletrônico	Alterar	<p>III - quanto às características compositivas e estilísticas do imóvel, deverão ser preservados volumetria, fachadas e seus ornamentos, esquadrias, coberturas, sistemas construtivos e materiais, sempre que possível com base no modelo tipológico e estilístico original e considerando as adaptações e transformações ocorridas que participam na compreensão e qualificação do conjunto urbano protegido, sendo que: d) a escolha de cores para a pintura das fachadas deverá seguir o padrão de uma cor para as alvenarias, outra para os elementos decorativos e molduras dos vãos, outra para as esquadrias e outra para os gradis; eventualmente, outra para o barrado e) as cores dos elementos decorativos e das molduras deverão contrastar com as cores das alvenarias e outra para os gradis; eventualmente, outra para o barrado k) as configurações originais de cobertura deverão ser preservadas, sempre que possível adotando-se, como regra geral, duas águas para a tipologia colonial e quatro águas para as demais tipologias, seguindo o padrão dos imóveis de interesse de mesma tipologia;</p>	<p>Nem sempre se consegue manter os elementos. As cores ficam a critério do proprietário e do responsável técnico que será responsável pela execução dos serviços.</p>	Não acolhido	<p>As intervenções devem manter as características originais do imóvel. A composição da pintura faz parte do contexto estilístico do imóvel. Foi alterada a redação da alínea k, de modo a deixar claro que o critério central para as coberturas é a recomposição da volumetria e técnica construtiva original.</p>

Art.	Proponente	Origem	Proposta		Justificativa	Posição Iphan	Justificativa
34	MJSS	Formulário eletrônico	Excluir		Não concordo	Não acolhido	Proposta sem justificativa
34	Iphan	Propostas internas Iphan		<p>III - quanto às características compositivas e estilísticas externas do imóvel (...). b) será permitida a abertura pontual de novos vãos no caso de imposições legais relativas à salubridade, acessibilidade e segurança, devendo estes se inserir na lógica compositiva do edifício e serem localizados nas faces ou trechos menos visíveis a partir dos logradouros; serão permitidas adequações nas fachadas das edificações para viabilizar a inserção de dispositivos impostos por determinação legal - salubridade, acessibilidade e segurança, podendo ser suprimidos elementos construídos pontuais, que optando sempre pela solução de menor impacto possível; m) será permitida a introdução de novos sistemas construtivos compatíveis com os históricos ou que, não alterando a lógica do sistema construtivo, permitam melhorar o seu desempenho estrutural e durabilidade, optando sempre pela solução de menor impacto possível.</p>	<p>Item III alterado para deixar claro que a categoria NP2 preserva as características externas dos imóveis. Percebeu-se haver um equívoco no item b), pois a intenção não é permitir a abertura de vãos nas fachadas. O item m) foi reformulado para deixar mais claro que o critério norteador é a minimização do impacto.</p>	Acolhido	Mesma justificativa.

Análise das propostas para o ARTIGO 35º

Art. 35º As esquadrias e vãos dos imóveis de interesse deverão seguir os seguintes critérios: I - serão permitidas vedações com vidro incolor, desde que não danifiquem a esquadria original nem prejudiquem a sua abertura; II - não serão permitidas películas nem propagandas nos vidros; e III - vãos para garagem não poderão ser abertos nas edificações principais nem exceder 5 m (cinco metros) de largura.

Redação final: Alterada a numeração e a redação do inciso III: vãos para garagem não poderão ser abertos nas edificações principais e, nas edificações anexas, não poderão exceder 3 m (cinco metros) de largura.

Art.	Proponente	Origem	Proposta		Justificativa	Posição Iphan	Justificativa
35	MBTG	Formulário eletrônico	Alterar	Sugestão: deixar mais evidente que não será permitida abertura de portão de garagem nas fachadas principais.	Um carro de passeio tem largura máxima de 2m em média, e vagas de estacionamento variam entre 2,2m e 2,5m de largura. Considero 5m muito, sugiro alterar para no máximo 3m.	Acolhido	A redação foi alterada para deixar mais claro o comando. Foi também alterado o artigo 25 para estabelecer um limite para a largura de vãos de imóveis sem interesse.
35	MJSS	Formulário eletrônico	Excluir		Não concordo	Não acolhido	Proposta sem justificativa

Análise das propostas para o ARTIGO 36º

Art. 36º O uso de iluminação em fachadas deverá seguir a linguagem tipológica histórica, de forma moderada e sem causar ofuscamentos, sendo permitido o uso de arandela ou o embutimento no solo.

Redação final: Numeração alterada.

Art.	Proponente	Origem	Proposta		Justificativa	Posição Iphan	Justificativa
36	MJSS	Formulário eletrônico	Excluir		Não concordo	Não acolhido	Proposta sem justificativa

Análise das propostas para o ARTIGO 37º

Art. 37º Serão vedadas a abertura de novas vias, a interrupção das existentes e a reconfiguração do desenho das praças na área de entorno. § 1º Será permitida a alteração das larguras das calçadas e dos leitos carroçáveis das vias, bem como de suas pavimentações, desde que não se criem canteiros centrais. § 2º A mudança no paisagismo dos espaços públicos, com a troca de materiais, canteiros ou espécies, não configurará mudança no traçado viário.

Redação final: Numeração alterada e alterado o § 1º Será permitida a alteração das larguras das calçadas e dos leitos carroçáveis das vias, bem como de suas pavimentações.

Art.	Proponente	Origem	Proposta		Justificativa	Posição Iphan	Justificativa
37	MBTG	Formulário eletrônico	Alterar	Enfatizar a necessidade de manutenção antes da troca dos materiais.	.	Não acolhido	Proposta sem justificativa clara.
37	MW	Formulário eletrônico	Alterar	Art. 37. § 1º Será permitida a alteração das larguras das calçadas e dos leitos carroçáveis das vias, bem como de suas pavimentações desde que não se criem canteiros centrais. § 2º A mudança no paisagismo dos espaços públicos, com a troca de materiais, canteiros ou espécies, não configurará mudança no traçado viário. *	A área de entorno deve ser mais flexível pois se entende que é uma área onde se mescla o atual com o antigo	Acolhido	Os canteiros centrais não representam impactos significativos na área de entorno.

Análise das propostas para o ARTIGO 38º

Art. 38º A instalação de rampas de acesso às edificações deverão ser instaladas, sempre que possível, dentro dos imóveis da área de entorno, evitando a interrupção de calçadas.

Redação final: Numeração alterada.

Art.	Proponente	Origem	Proposta		Justificativa	Posição Iphan	Justificativa
38	JPJ	Formulário eletrônico	Excluir		No caso do entorno manter exclusivamente o tombamento de alguns imóveis que guardem características históricas e que estejam em boas condições	Não acolhido	Não existe no entorno imóveis de interesse. Além disso, o artigo visa a manter a ambiência nos espaços públicos do entorno, não nas edificações.

Análise das propostas para o ARTIGO 39º

Art. 39º Será vedada a criação de novos lotes nos espaços públicos da área de entorno.

Redação final: Numeração alterada.

Art.	Proponente	Origem	Proposta		Justificativa	Posição Iphan	Justificativa
39	MW	Formulário eletrônico	Excluir		A area de entorno nao cabe esse tipo de restricao deve ser uma area de transicao	Não acolhido	O artigo visa a manter a ambiência nos espaços públicos do entorno.
39	ADR	Formulário eletrônico	Alterar	Art. 39. Será permitida com justificativa a criação de novos lotes nos espaços públicos da área de entorno.	Existem vários espaços públicos passíveis de alteração/destinação	Não acolhido	O artigo visa a manter a ambiência nos espaços públicos do entorno.

Análise das propostas para o ARTIGO 40º

Art. 40º A implantação de elementos construídos, arbustivos, mobiliário urbano ou equipamentos diversos em praças e espaços públicos na área de entorno não deverá impedir o trânsito de pedestres, o acesso aos espaços públicos, nem obstruir a leitura dos elementos valorados no conjunto, sobretudo das edificações classificadas como NP1 e NP2. Parágrafo único. Novos elementos construídos serão admitidos exclusivamente se justificados em função de seu interesse público

Redação final: Numeração alterada.

Análise das propostas para o ARTIGO 41º

Art. 41º As intervenções nas edificações da área de entorno deverão seguir os seguintes critérios:I - ser implantadas no alinhamento da rua;II - possuir altura máxima de 2 (dois) pavimentos, limitadas a 7m (sete metros) na fachada e 9,5m (nove metros e cinquenta centímetros) na cumeeira; eIII - manter as fachadas livres de marquises.

Redação final: Numeração alterada.

Art.	Proponente	Origem	Proposta		Justificativa	Posição Iphan	Justificativa
41	ADR	Formulário eletrônico	Alterar	Art. 41. As intervenções nas edificações da área de entorno deverão seguir os seguintes critérios:I - ser implantadas no alinhamento da rua;II - possuir altura máxima de 2 (dois) pavimentos, limitadas a 10m (dez metros) na fachada e altura das cumeeiras em conformidade com a declividade dos telhados, de modo a facilitar a aplicação de calhas e rufos, desde que não interfiram na visibilidade do rio Paraguai; e III - Na medida do possível evitar o uso de marquises.	Temos a considerar o interesse dos proprietários quanto a localização e uso do imóvel, melhor fazer um estudo caso a caso	Não acolhido	A fixação de uma altura máxima para a cumeeira confere um critério objetivo de altura máxima para as edificações do entorno, visando à preservação da visibilidade ampla do conjunto tombado. As marquises alteram a continuidade da leitura morfológica do conjunto.
41	JPJ	Formulário eletrônico	Alterar	Permitir a modernização da cidade sem restrições de tipo construtivo apenas a altura poderia ser de 3 andares ou 9m	Permitir a modernização	Não acolhido	Proposta sem justificativa clara. A altura das edificações não impedem sua modernização.

Análise das propostas para o ARTIGO 42º

Art. 42º A instalação de equipamentos publicitários e toldos nos imóveis localizados na área tombada e no entorno obedecerá os seguintes critérios: I - não serão permitidos equipamentos publicitários nas empenas das edificações (fachadas laterais) e muros; II - serão permitidos equipamentos publicitários perpendiculares à fachada frontal dos imóveis com dimensão máxima de 80cm (oitenta centímetros) de largura por 60cm (sessenta centímetros) de altura, com espessura máxima de 15cm (quinze centímetros), afastamento da fachada de 20cm (vinte centímetros) e altura mínima de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) do solo; III - serão permitidos equipamentos publicitários sobre a alvenaria do imóvel, com dimensões máximas de 2m (dois metros e cinquenta centímetros) de comprimento por 50cm (cinquenta centímetros) de altura, que pode ser preenchida por uma placa ou por letras nos materiais de metal, madeira, lona ou similares; IV - será permitido o uso de apenas 1 (um) equipamento publicitário por estabelecimento; V - para os imóveis de esquina, com mais de 1 (uma) fachada e com apenas 1 (um) comércio, serviço ou instituição ocupando todo o volume edilício, será permitido o uso de um painel para cada fachada, com as dimensões de acordo com os incisos II, III e VI; VI - somente serão autorizados equipamentos publicitários no pavimento térreo de altura máxima 20cm (vinte centímetros) abaixo dos beirais, platibandas, cimalkas e demais ornamentos superiores da edificação; VII - não será permitida a adesivagem total ou parcial das vedações em vidro; e VIII - será vedada a instalação de equipamentos publicitários no espaço público.

Redação final: Alterada a numeração e a redação do caput do artigo Art. 41º: A instalação de equipamentos publicitários nos imóveis localizados na área tombada e no entorno obedecerá os seguintes critérios:

Art.	Proponente	Origem	Proposta		Justificativa	Posição Iphan	Justificativa
42	ADR	Formulário eletrônico	Alterar	Rever todo o artigo...	As dimensões propostas às vezes acabam por não destacar a atividade instalada e também, dependendo do caso, desvirtuam o padrão, marca registrada do comércio e/ou instituição	Não acolhido	A norma apresenta duas opções de publicidade, podendo ser utilizada a que se adequar melhor à proposta do comércio. Foi feito um ajuste no caput do artigo, que se refere apenas aos equipamentos publicitários, e não aos toldos.
42	JPJ	Formulário eletrônico	Alterar	Permitir para o entorno a regra padrão da cidade	Precisamos modernizar nossa cidade	Não acolhido	Proposta sem justificativa clara

Análise das propostas para o ARTIGO 43º

Art. 43º Serão critérios para a instalação de toldos nos imóveis localizados na área tombada: I - serão permitidos toldos de apenas uma cor na mesma edificação de largura limitada pelo tamanho de cada vão, altura mínima de passagem de pedestre de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) do nível do passeio e profundidade de 90cm (noventa centímetros), desde que não exceda a largura da calçada; II - os toldos deverão ter formas de padrão retilíneo e inclinado, sendo vedados os formatos arredondados; e III - será vedada a publicidade em toldos. Parágrafo único. Nas edificações voltadas para a Praça Barão de Rio Branco não classificadas como NP1 nem NP2, serão permitidos toldos ao longo de toda a fachada frontal, desde que retos, retráteis, de coloração neutra ou a mesma da fachada, ou com pequena variação de tom em relação a ela.

Redação final: Numeração alterada.

Art.	Proponente	Origem	Proposta		Justificativa	Posição Iphan	Justificativa
43	JPJ	Formulário eletrônico	Excluir		Essas restrições deveriam ser somente para os prédios tombados	Não acolhido	O valor reconhecido pelo Iphan no conjunto de Cáceres engloba uma série de características que incidem sobre todos os imóveis. Diferentes formatos de toldo dificultam a leitura da continuidade morfológica do conjunto.

Análise das propostas para o ARTIGO 44º

Art. 44º Qualquer intervenção nos imóveis e nos espaços públicos da área tombada dependerá de autorização da Superintendência do IPHAN no Mato Grosso. Parágrafo único. Não requererão autorização do IPHAN as intervenções nos espaços internos das edificações sem classificação ou classificadas como NP2 que não alterem a composição das fachadas.

Redação final: Numeração alterada.

Art.	Proponente	Origem	Proposta		Justificativa	Posição Iphan	Justificativa
44	JPJ	Formulário eletrônico	Alterar	Na área de entorno preservar apenas os prédios tombados	Não podemos dificultar o desenvolvimento da área do entorno	Não acolhido	Este artigo trata da área tombada e não da área de entorno.

Análise das propostas para o ARTIGO 45º

Art. 45º São situações que requererão consulta e autorização da Superintendência do IPHAN no Mato Grosso na área de entorno: I - intervenções nos espaços públicos; II - intervenções na volumetria dos imóveis que alteram a sua altura ou os seus recuos frontais; e III - alterações nos parâmetros de uso e ocupação da Ilha Castrillon, ao oeste da poligonal.

Redação final: Numeração alterada.

Art.	Proponente	Origem	Proposta		Justificativa	Posição Iphan	Justificativa
45	JPJ	Formulário eletrônico	Alterar	Exclusivamente para edifícios tombados	Somente prédios tombados	Não acolhido	Este artigo trata da área de entorno e não da área tombada.

Análise das propostas para o ARTIGO 46º

Art. 46º O IPHAN analisará as propostas de intervenção na área tombada e/ou na área de entorno sempre que receber diretamente do interessado, ou via Prefeitura Municipal, nos termos da Portaria IPHAN nº 420, de 2010.

Redação final: Numeração alterada.

Análise das propostas para o ARTIGO 47º

Art. 47º A intervenções em desacordo ou sem autorização estão sujeitas à aplicação das sanções previstas nos artigos 17 e 18 do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, adotando-se o procedimento previsto na Portaria IPHAN nº 187, de 9 de junho de 2010.

Redação final: Este artigo recebe o número de 46º. O Artigo 47º é o Antigo 3º do formulário.

Análise das propostas para o ARTIGO 48º

Art. 48º Compete à Superintendência do IPHAN no Mato Grosso avaliar as situações não previstas nesta Portaria.

Redação final: Numeração alterada.

Art.	Proponente	Origem	Proposta		Justificativa	Posição Iphan	Justificativa
Poligonal de entorno	JPJ	Formulário eletrônico	Alterar	Reduzir a área	Reduzir a área	Não acolhido	Proposta sem justificativa
Poligonal de entorno	ADR	Formulário eletrônico	Alterar	Alterar a poligonal de entorno para no máximo 1 (uma) quadra circundando a poligonal de tombamento	Facilitaria aos proprietários(as) o encaminhamento de projetos de intervenção, ampliando o ingresso à normalidade/legalidade	Não acolhido	O tamanho da poligonal não burocratiza o encaminhamento de propostas de intervenção. Hoje esse processo pode ser feito totalmente online.
Poligonal de entorno	MW	Formulário eletrônico	Alterar	Deve diminuir muito longa	a area de tombamento ja e grande o suficiente	Não acolhido	A área de entorno foi definida no processo do tombamento com a justificativa de ambientar a configuração da cidade no início do século XX, caracterizada sobretudo pela continuidade do traçado urbano histórico. O controle do gabarito nessa área visa a proteger a visibilidade da área tombada e se configurar como uma zona de transição para o restante da cidade.

Art.	Proponente	Origem	Proposta		Justificativa	Posição Iphan	Justificativa
NP1	MBTG	Formulário eletrônico	Alterar	Incluir Igreja do Perpétuo Socorro (localizada na área de entorno) na categoria NP1 ou NP2 por sua representatividade arquitetônica, considerando sua excepcionalidade no contexto de Cáceres e do Estado.		Não acolhido	A proposta de norma não pode alterar a área tombada, nem o seu valor. Incluir a Igreja do Perpétuo Socorro como imóvel de interesse para a preservação implicaria em um novo pedido de tombamento.

Art.	Proponente	Origem	Proposta		Justificativa	Posição Iphan	Justificativa
Novos artigos	MBTG	Formulário eletrônico		Segundo o art 43 (disposições finais) - Exceto as NP1, a proteção é somente das fachadas? Consideramos esta medida muito flexível.	Art 44. Abre interpretação de que qualquer outra intervenção na área de entorno está liberada sem autorização e conhecimento do Iphan. Revisar, pois pode abrir precedentes para intervenções arbitrárias. Explicitar a necessidade de conhecimento e autorização, mesmo em área de entorno.	Não acolhido	Em relação ao art. 43 - Deve ser preservado fachada e volumetria. O tombamento do Iphan é do conjunto urbano, não das edificações individualmente. O valor das edificações se justifica pela sua participação no conjunto, sobretudo no que se refere às relações do imóvel com o contexto urbano e suas características externas. A proposta de norma não pode alterar a valoração dos imóveis. Em relação ao Artigo 44o, foi estabelecida uma correlação direta entre ele e o Artigo 8o, que especifica os termos em que se deve garantir a preservação da visibilidade e da ambiência no entorno. De fato, não são todas as intervenções no entorno que necessitam a aprovação do Iphan. A gestão do Iphan sobre intervenções no entorno cujos impactos não tenham sido previstos nesta Portaria, mas que estejam amparados pelo Artigo 18o do Decreto-lei 25/1937, está amparada no Artigo 46.
Outras questões	FEDPCB	Carta	Suspender	Suspensão da Consulta Pública	A Minuta da Portaria se propõe rediscutir, requalificar e redefinir os Valores, o Objeto e o perímetro (este último definido conforme deliberação do Conselho Consultivo no Memorando 003/2013 - COIP/CGCH/DEPAM - fol. 407) do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cáceres, que não é atribuição para uma Portaria;	Não acolhido	A proposta de norma não redefine o perímetro de tombamento. A minuta de portaria adota a exata descrição da poligonal de tombamento reproduzidas na Certidão de Tombamento constante à página 414 do Processo n. 01450.003851/2007-53 (referente ao Processo de Tombamento n. 1.542 – T – 07). A poligonal foi apenas georreferenciada, de modo a conferir maior precisão aos contornos da poligonal descrita na certidão.
Outras questões	UNEMAT-GR	Carta	Suspender	Suspensão da Consulta Pública	Ao redefinir o alvo de preservação, (...), bem como a exclusão da Ilha Castrillon do perímetro tombado, esta Minuta de Instrução Normativa adúltera completamente todas as decisões tomadas anteriormente	Não acolhido	A proposta de norma não redefine o perímetro de tombamento. A minuta de portaria adota a exata descrição da poligonal de tombamento reproduzidas na Certidão de Tombamento constante à página 414 do Processo n. 01450.003851/2007-53 (referente ao Processo de Tombamento n. 1.542 – T – 07). A poligonal foi apenas georreferenciada, de modo a conferir maior precisão aos contornos da poligonal descrita na certidão.
Outras questões	LPM	e-mail	Alteração	Revisão	Parece haver erro de numeração com relação aos artigos da minuta.	Acolhido	A numeração foi corrigida.